

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.611 - SC (2019/0008616-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **VALDA OLGA PERES**
ADVOGADOS : **SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S)** - PR024636
HEROLDES BAHR NETO - PR023432
FABIANO NEVES MACIEYWSKI - PR029043
AGRAVADO : **CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A**
ADVOGADOS : **LYCURGO LEITE NETO** - RJ018268
ROSELLE BERTHIER E OUTRO(S) - SC017347
LUIZ FERNANDO COSTA DE VERNEY - SC019608

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI. SÚMULA 284/STF. COMPROVAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, quanto à ausência de comprovação dos danos materiais, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por VALDA OLGA PERES, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 29/10/2018.

Concluso ao gabinete em: 31/01/2019.

Ação: indenização por danos materiais c/c pedido de

compensação por danos morais, ajuizada pela agravante, em face de CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, em decorrência de vazamento de óleo da subestação mantida pela agravada que teria subsidiado o embargo das atividades profissionais da agravante.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar a agravante ao pagamento de mensal de um salário mínimo, pelo período que perdurar o embargo; bem como o valor de R\$ 20.000,00 a título de danos morais.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela agravada para afastar a condenação relativa ao danos materiais e reduzir a condenação dos danos morais para R\$ 2.000,00.

Recurso especial: Sustenta violação dos arts. 225 da CF/88; 927 do CC/02; 374 do CPC e 14, § 1º da Lei 6.938/71. Alega, em síntese, que é inegável a responsabilidade objetiva do causador do dano e o dever de reparação integral de todos os afetados; os danos causados à agravante foram comprovados por prova oral e documental, sendo devida, portanto, a reparação integral de todos os danos produzidos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação de dispositivo constitucional

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 14, § 1º da Lei 6.938/71, indicado como violado, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pela agravante não demonstram como o acórdão recorrido teria violado os arts. 927 do CC/02 e 374 do CPC. A deficiência na fundamentação impede a perfeita compreensão da controvérsia, o que enseja o não conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 284, do STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, quanto à ausência de comprovação dos danos materiais, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente para R\$ 1.500,00, ressalvada a eventual concessão da gratuidade da justiça.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora